



INFORMATIVO

OUTUBRO | 2023

podemos

CÂMARA

PÁG. 4

**SARGENTO PORTUGAL DEFENDE
REDUÇÃO DO TEMPO MÍNIMO DE
ATIVIDADE MILITAR PARA GARANTIR
INTEGRALIDADE DE REMUNERAÇÃO
NA APOSENTADORIA DE POLICIAIS E
BOMBEIROS**

PÁG. 32

Na CPI da 123 Milhas, Igor Timo tem participação decisiva para punir agência de viagem que aplicou golpe contra quase 1 milhão de brasileiros

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Fabio Macedo (MA)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Marcus Deois

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz


Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Fabiola Salvador, Gabriel Tiveron, Marcilene Maia, Brunna Morais, Tullio Damin Da Sois, Elloá Urbano, George Pacífico, Brenda Rodrigues, Marcelo Bley, Ana Luiza Iacomini, Vinicius Loures, João Rafael, Samuel Sudré, Raquel Vasconcelos, Rafaella Panceri, Gabriel Cruz, Tikkho Maciel, Sérgio Lima e Robert Alves.

SUMÁRIO

- 4** Sargento Portugal defende redução do tempo mínimo de atividade militar para garantir integralidade de remuneração na aposentadoria de policiais e bombeiros
- 6** Projeto de Gambale define prazos para liberação de trânsito após acidente com vítima
- 8** Raimundo Costa apresenta PL que facilita quitação de débitos antigos do FIES
- 10** Vai virar lei! Projeto de Renata Abreu que amplia assistência psicológica a grávidas é aprovado pelo Senado e segue para sanção presidencial
- 12** Dr. Victor Linhalis propõe prioridade de tramitação para casos de tragédias ambientais
- 14** Deputado Hauly: 50 anos de excelência e de dedicação à vida pública
- 16** Mauricio Marcon mantém-se na vanguarda da política nacional em outubro
- 18** Líder Fabio Macedo participa de missão oficial no exterior para fortalecer parcerias comerciais e debater desenvolvimento sustentável
- 20** Gilson Daniel promove Seminário Capixaba de Regularização Fundiária
- 22** Proposta de Glaustin garante segurança para crianças autistas nas escolas
- 24** Nely Aquino está mobilizada em defesa do Outubro Rosa
- 26** Ruy assume relatoria da LOA 2024 e será responsável pelo planejamento orçamentário dos poderes legislativo, judiciário e Presidência da República
- 28** Direito da pessoa com autismo: Romero Rodrigues apresenta PL que põe fim à carência dos planos de saúde para acesso a terapias
- 30** Bruno Ganem é reconhecido como um dos melhores deputados no Prêmio Congresso em Foco 2023
- 32** Na CPI da 123 Milhas, Igor Timo tem participação decisiva para punir agência de viagem que aplicou golpe contra quase 1 milhão de brasileiros
- 34** ARTIGO – A angústia da guerra; precisamos evitar uma catástrofe humanitária



“Mais que modernizar a Lei, quero equidade, com bases técnicas. Diariamente, os oficiais são obrigados a realizar mais de 12 horas de patrulhamento ininterrupto. Já seria o suficiente para rever esse requisito”

SARGENTO PORTUGAL DEFENDE REDUÇÃO DO TEMPO MÍNIMO DE ATIVIDADE MILITAR PARA GARANTIR INTEGRALIDADE DE REMUNERAÇÃO NA APOSENTADORIA DE POLICIAIS E BOMBEIROS

O deputado federal Sargento Portugal, do Podemos Rio Janeiro, é o relator do Projeto de Lei 317/22, que propõe diminuir de 30 para 20 anos o tempo mínimo de atividade militar para remuneração integral na inatividade de policiais e bombeiros militares. O objetivo do parlamentar, também oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) há mais de 20 anos, é solucionar de vez o descompasso que atualmente obriga profissionais com 60 anos ou mais a permanecerem na ativa para atender às exigências da legislação vigente.

“Jornadas extenuantes, situações de extremo risco e a missão de proteger a vida. A rotina até lembra o cotidiano de heróis imortais, mas na verdade são homens e mulheres de farda que vivem bem menos que civis. Só que muitos se esquecem que heróis também se aposentam”, pontua o parlamentar.

Dados de um estudo elaborado em 2021 pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) mostram que a expectativa média de vida dos oficiais capixabas é de 58 anos, 20 a menos que da população local. E, quem sobreviver chegará à sonhada aposentadoria acompanhada por doenças crônicas e laborais como obesidade, lesões físicas permanentes e elevado sofrimento psíquico, entre outras.

Sargento Portugal destaca que apesar das peculiaridades, em 2019, prevaleceu o entendimento que o tempo mínimo de atividade militar aumentasse de 30 para 35 anos para integralidade da remuneração na aposentadoria, dos quais ao menos 25 anos deveriam ser exclusivamente dedicados à corporação. Naquele momento, restaram duas regras de transição: o cumprimento de um

pedágio de 17% do tempo restante para a inatividade, até a vigência da reforma, e o cumprimento de quatro meses para cada ano faltante, a partir de 1º de janeiro de 2021, até atingir o período mínimo exigido por lei. Assim, ainda que o oficial tenha trabalhado antes da carreira militar, contribuído com a previdência e o IRPF, o que exceder o limite de cinco anos, imposto pela Lei nº 13.954/ 2019, seria desconsiderado.

A título de ilustração, pela sistemática previdenciária em vigor, se um celetista desde a maioridade ingressar na corporação aos 30 anos de idade, na prática, ele deverá manter-se na ativa até os 60 anos, a fim de obter a remuneração integral ao aposentar-se. “São doze anos jogados no lixo pela atual matemática do sistema”, critica o relator da matéria, enfatizando que “o estatuto só reflete o desconhecimento dos Poderes sobre a realidade da atividade militar”.

“Mais que modernizar a Lei, quero equidade, com bases técnicas. Diariamente, os oficiais são obrigados a realizar mais de 12 horas de patrulhamento ininterrupto. Já seria o suficiente para rever esse requisito”, explica o deputado. E ainda há outro efeito colateral: o envelhecimento da linha de frente. “Qual é o sentido em manter um grande contingente com 60 anos de idade (ou mais) no operacional de alto risco?”, questiona.

Atualmente, o PL aguarda parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

PROJETO DE GAMBALE DEFINE PRAZOS PARA LIBERAÇÃO DE TRÂNSITO APÓS ACIDENTE COM VÍTIMA

O Projeto de Lei 1827/23 autoriza policiais e agentes de trânsito a determinarem a imediata remoção de vítimas e veículos envolvidos em acidente, independentemente de exame local por perito, nos casos em que a fluidez do trânsito fique prejudicada. O texto tramita na Câmara dos Deputados e altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Segundo a proposta, o prazo máximo para a liberação das pistas será de até três horas em ruas e estradas dentro das cidades e de até cinco horas em rodovias estaduais e federais, podendo ser aumentado em duas horas se o acidente envolver mais de seis veículos. Os prazos para liberação de pista não se aplicam a acidentes com mais de dez veículos ou com ônibus, peruas, vans e similares.

O texto também prevê a criação de uma central de atendimento a acidentes de trânsito, que coordenará, de forma simultânea, as polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Científica e o IML (Instituto Médico-Legal).

Autor do projeto, o deputado Rodrigo Gambale (Podemos-SP) cita o caso de um acidente sem vítimas envolvendo duas carretas e derramamento de combustível na rodovia Imigrantes, em São Paulo, que manteve o trânsito bloqueado por mais de oito horas. As informações são da Agência Câmara.

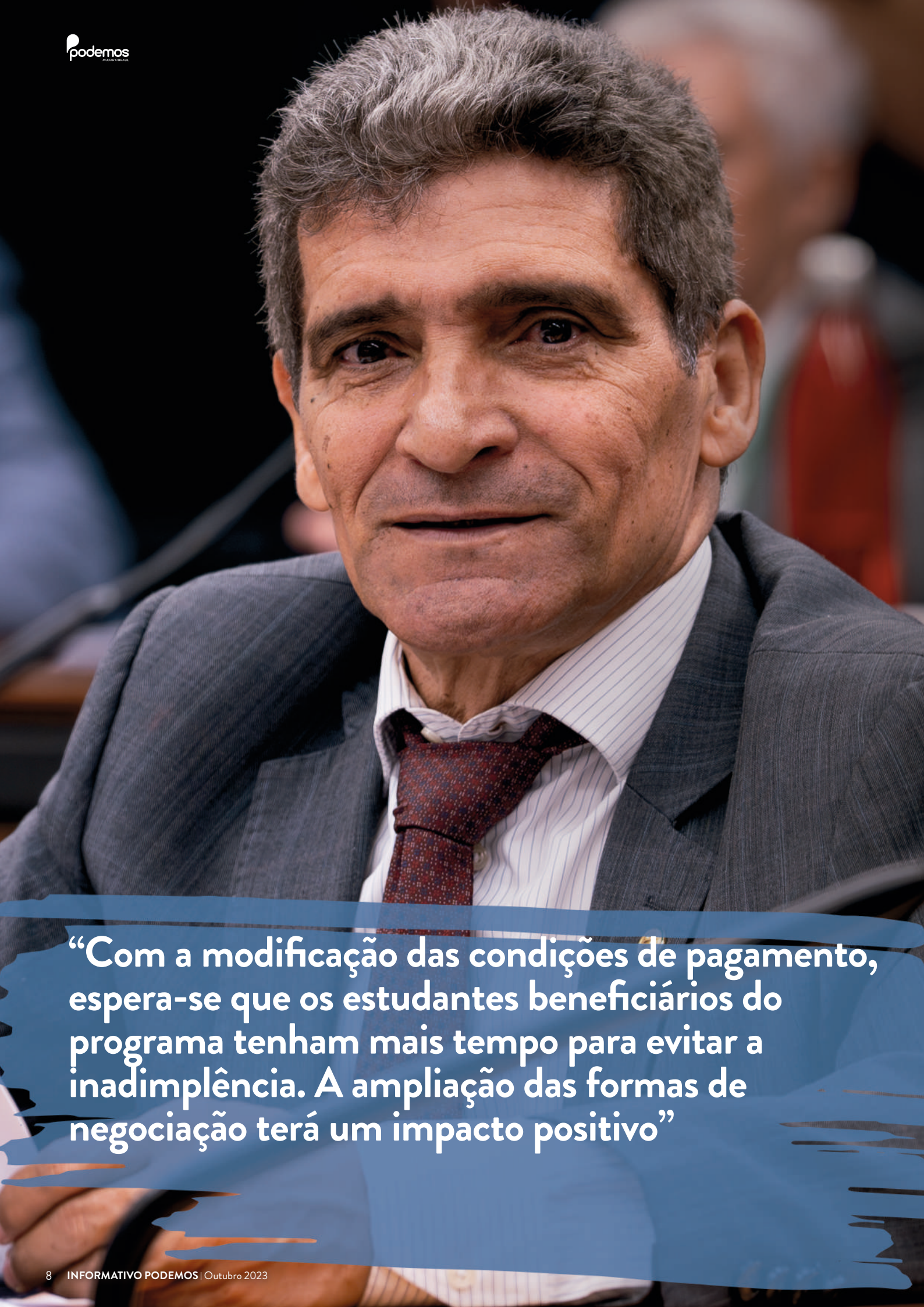
“Fixar prazo para a liberação total das pistas dos acidentes que vierem a ocorrer, bem como criar uma Central que coordene o atendimento geral dos diversos órgãos públicos envolvidos nesses sinistros, são medidas que permitirão uma ação mais rápida, com grande benefício para toda a sociedade”, diz o deputado.

TRAMITAÇÃO

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Fixar prazo para a liberação total das pistas dos acidentes, bem como criar uma Central que coordene o atendimento geral dos diversos órgãos públicos envolvidos nesses sinistros, são medidas que permitirão grande benefício para toda a sociedade”

A close-up portrait of a middle-aged man with short, graying hair. He is wearing a dark gray suit jacket over a light-colored, vertically striped dress shirt and a dark red patterned tie. He has a neutral expression and is looking slightly to the right of the camera. The background is blurred, showing other people in a public setting.

“Com a modificação das condições de pagamento, espera-se que os estudantes beneficiários do programa tenham mais tempo para evitar a inadimplência. A ampliação das formas de negociação terá um impacto positivo”

RAIMUNDO COSTA APRESENTA PL QUE FACILITA QUITAÇÃO DE DÉBITOS ANTIGOS DO FIES

A proposta é direcionada aos contratos mais antigos que se encontram na fase de amortização

Foi protocolado na terça-feira (24/10), na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 5111/2023 do deputado federal Raimundo Costa (Podemos-BA), com o objetivo de ampliar as formas de negociação das dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O programa foi lançado em 1999, e de lá para cá, passou por diversas alterações e atualizações.

O texto aponta o PL como uma medida necessária e urgente para garantir que o programa cumpra o propósito de promover a inclusão educacional e o acesso ao ensino superior.

“A ideia do programa é facilitar os pagamentos aos estudantes, porém há uma grande dificuldade de adimplência dos débitos”, lembrou Raimundo. O texto ainda sugere que, ao alinhar o orçamento público com as demandas privadas dos estudantes, é possível trazer eficiência às negociações, além de condições justas para contratos mais antigos.

COMO SERÁ FEITA A RENEGOCIAÇÃO

Serão incluídos todos os contratos que tiverem cinco anos ou mais, e que se encontrem na etapa de adimplemento. Os contratos deverão ser: vencidos, não pagos há mais de 90 dias, e completamente provisionados; ou vencidos, não pagos há mais de 60 dias, e parcialmente provisionados.

A renegociação visa trazer para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 90 dias, até dia 31 de dezembro de 2023: desconto da totalidade dos encargos e de até 15% do valor principal, para pagamento à vista, ou mediante parcelamento em até 180 parcelas mensais e sucessivas, com redução de 100% de juros e multas.

Para os estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 120 dias em 31 de dezembro de 2023 que estejam inscritos no CadÚnico: desconto de até 99% do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor, ou desconto de até 50% do valor consolidado da dívida em caso de pagamentos parcelados em até 24 vezes.

No caso dos estudantes com débitos vencidos e não pagos 120 dias em 31 de dezembro de 2023 que não estejam inscritos no CadÚnico: desconto de até 77% do valor consolidado da dívida, inclusive principal, por meio da liquidação integral do saldo devedor, ou desconto de até 20% do valor consolidado da dívida em caso de pagamentos parcelados em até 24 vezes. Dados de 2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apontam R\$ 11,3 bilhões em parcelas do FIES em aberto, gerando enorme ônus ao poder público, e dificuldade aos devedores.

Segundo o autor do projeto, os números mostram a necessidade de aprimoramento do programa, em especial na renegociação das dívidas em aberto. “Com a modificação das condições de pagamento, espera-se que os estudantes beneficiários do programa tenham mais tempo para evitar a inadimplência. A ampliação das formas de negociação terá um impacto positivo para os estudantes”, acrescentou Raimundo Costa.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

VAI VIRAR LEI!

PROJETO DE RENATA ABREU QUE AMPLIA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA A GRÁVIDAS É APROVADO PELO SENADO E SEGUE PARA SANÇÃO PRESIDENCIAL

O Senado aprovou na terça-feira (8/10) o Projeto de Lei (PL) 130/2019, que garante às gestantes e puérperas o direito à assistência psicológica no Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto é de autoria da presidente nacional do Podemos, deputada Renata Abreu (SP). A matéria segue para sanção presidencial, última etapa do processo legislativo antes de virar lei.

A deputada argumenta que o projeto é essencial, pois amplia as medidas de garantia ao bem-estar físico, mental e emocional das grávidas e mães de recém-nascidos.

“O estado emocional da mãe não apenas é determinante para o bom andamento do trabalho de parto, como impacta definitivamente no bebê, refletindo em seu desenvolvimento. Igualmente, o puerpério é um período em que a mulher está debilitada física e emocionalmente, devido ao


grande estresse”, explica a parlamentar.

O PL 130/2019 acrescenta dois parágrafos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990). O primeiro prevê que a mulher gestante, parturiente ou puérpera deve ser encaminhada para atendimento psicológico de acordo com a avaliação médica. O segundo determina aos estabelecimentos de saúde públicos e privados que desenvolvam atividades de conscientização sobre a saúde mental da mulher durante a gravidez e o puerpério.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“O estado emocional da mãe não apenas é determinante para o bom andamento do trabalho de parto, como impacta definitivamente no bebê, refletindo em seu desenvolvimento”



“A impunidade daqueles que contribuem para tragédias ambientais, como as ocorridas em Mariana e Brumadinho, não pode ser tolerada”

DR. VICTOR LINHALIS PROPÕE PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO PARA CASOS DE TRAGÉDIAS AMBIENTAIS

O deputado federal Dr. Victor Linhalis, do Podemos Espírito Santo, apresentou um Projeto de Lei que visa alterar o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal para estabelecer prioridade de tramitação em procedimentos cíveis e penais relacionados a tragédias ambientais. O objetivo é acelerar a resolução de processos judiciais envolvendo desastres ambientais, como os ocorridos em Mariana e Brumadinho, e assegurar a responsabilização adequada dos envolvidos.

O PL nº 4536/2023 busca atender a uma demanda urgente por justiça e reparação para as vítimas de tragédias ambientais. A proposta acrescenta dispositivos ao Código de Processo Civil e ao Código de Processo Penal que estabelecem a prioridade de tramitação para os casos em que se discutam as consequências de tragédias ambientais.

Dr. Victor fundamenta seu projeto de lei na necessidade de garantir o direito fundamental à prestação jurisdicional rápida, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. O artigo 5º, inciso LXXVIII, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, estabelece que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

Além disso, o PL se baseia no princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional, que estabelece que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV, CF/88).

De acordo com Dr. Victor, a lentidão na tramitação dos processos judiciais relacionados a desastres ambientais causa grande preocupação, especialmente para as pessoas afetadas por esses eventos. Comunidades inteiras sofrem as consequências desses desastres, que podem resultar na perda de vidas, danos à saúde, destruição de moradias e meios de subsistência.

“A impunidade daqueles que contribuem para tragédias ambientais, como as ocorridas em Mariana e Brumadinho, não pode ser tolerada. A demora na resolução dos processos cíveis e criminais relacionados a esses eventos pode agravar o sofrimento das vítimas e dificultar a restauração dos ecossistemas afetados”, disse.

O projeto de lei também ressalta a importância de assegurar a responsabilização dos culpados e a reparação dos danos causados ao meio ambiente e às vítimas. A gravidade desses eventos exige uma resposta estatal ágil para prevenir futuras tragédias e promover a justiça.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

DEPUTADO HAULY: 50 ANOS DE EXCELÊNCIA E DE DEDICAÇÃO À VIDA PÚBLICA

Em 1973, no ano em que Cambé entrou para a história do rock nacional ao promover o Festival Colher de Chá (uma espécie de “Woodstock Pé-Vermelho”), tendo como grande atração a badalada banda “Os Mutantes”, um jovem cabeludo, que também amava os Beatles e os Rolling Stones tomava posse como o vereador mais votado da história de Cambé: era Luiz Carlos Hauly. Como vereador, ele se destacou ouvindo a população. Anotava tudo em um caderno e depois cobrava essas demandas da prefeitura.

Após ser vereador, Hauly começou a se destacar no Executivo como Secretário de Administração, período em que criou e presidiu a Companhia de Desenvolvimento de Cambé. Para melhor se preparar para os novos desafios, voltou a Universidade Estadual de Londrina (onde havia cursado Educação Física) também se formou em Economia. Em 1982, com 32 anos, Hauly foi eleito prefeito de Cambé e liderou uma administração moderna e participativa que teve repercussão nacional.

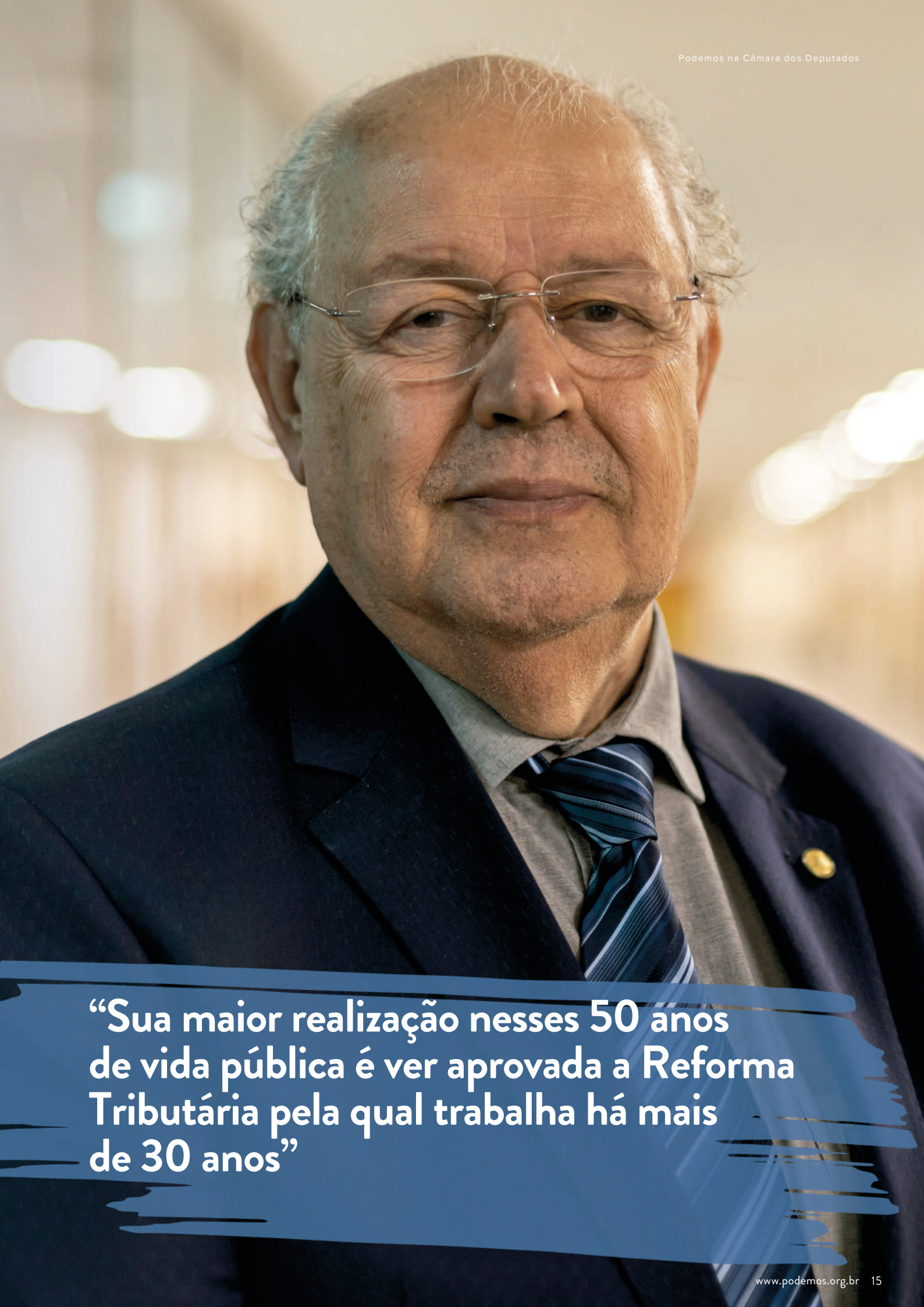
O destaque como prefeito e como presidente da Amepar resultou no convite para ser o Secretário da Fazenda do Paraná (1987/1990). Ele garantiu um expressivo investimento anual médio de 22,2% do orçamento do Estado, o que possibilitou ao governador Álvaro Dias a execução de um programa recorde de obras. Hauly também foi Secretário da Fazenda no Governo Beto Richa (de 2011 a 2013), quando criou o Paraná Competitivo, o maior programa de atração de investimentos e de geração de empregos da história do Paraná.

Além de liderar a criação do Simples, e depois do MEI, leis que promoveram uma verdadeira revolução na expansão dos pequenos negócios no Brasil, Hauly também é autor ou relator de outras importantes leis, as quais tiveram grande impacto na economia do País: Lei Kandir, Lei do Comprev, Lei das S/A, Lei do Reembolso das perdas do FGTS, Lei LRF, Lei Zico, Lei Pelé, Lei de Incentivo ao Desporto, Lei LDB, Lei que criou os Conselhos de Educação Física, Lei do Pronaf, Lei do Proger, Leis dos REFIS, Lei do Proni, da 1ª lei de Transparência nas Contas Públicas e também subscritor da Lei da Ficha Limpa.

Após a cassação de Deltan Dallagnol, bastou apenas 100 dias de atuação na Câmara para Hauly ser novamente eleito como um dos “Cabeças do Congresso” pelo DIAP. Hauly foi escolhido pelo Ranking dos Políticos o “Melhor Deputado” do ano de 2017. Ele presidiu, durante quatro anos, o Parlamento das Américas com sede no Canadá. Mas a sua maior realização nesses 50 anos de vida pública é ver aprovada a Reforma Tributária pela qual trabalha há mais de 30 anos.

No ano em que completa 50 anos de atuação na vida pública, Hauly considera como seu maior desafio a aprovação do seu projeto a Reforma Tributária pelo qual luta há mais de 30 anos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Sua maior realização nesses 50 anos de vida pública é ver aprovada a Reforma Tributária pela qual trabalha há mais de 30 anos”



“A mobilização se deu principalmente em torno dos temas do marco temporal e da descriminalização das drogas e do aborto no país, e surtiu o efeito desejado”

MAURICIO MARCON MANTÉM-SE NA VANGUARDA DA POLÍTICA NACIONAL EM OUTUBRO

O mês de outubro na Câmara dos Deputados, e no Congresso Nacional como um todo foi marcado e definido por importantes debates, conclusões de relevantes comissões e mobilizações do Poder Legislativo. E como não haveria de ser diferente, o deputado federal Mauricio Marcon, do Podemos Rio Grande do Sul, desempenhou papel em todas essas frentes.

Para o espanto do mundo, o mês começou com marcado com o triste e brutal derramamento do sangue de inocentes em Israel pelas mãos dos terroristas islâmicos do Hamas, o que veio a dar início a mais uma guerra entre israelenses e a organização terrorista islâmica palestina. Por óbvio, um evento de tamanha magnitude como esse gerou um intenso debate em escala mundial acerca da histórica disputa no Oriente Médio, também invadindo os corredores e Plenários do Congresso Nacional. O papel do Deputado Marcon foi expressar, com a devida veemência, repúdio contra os abomináveis atos do Hamas, assim como contra a hipocrisia no tratamento do caso por parte da esquerda mundial e nacional, com destaque para os partidos socialistas e comunistas como o PT, o PCdoB, o PSOL e o PCB.

Já por volta da metade do mês, as atenções do Congresso se voltaram para os encaminhamentos finais da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro, com a apresentação do relatório final da comissão gerando intenso debate. A Senadora Eliziane Gama, relatora da CPMI, apresentou um relatório politicamente engajado na blindagem do Governo Federal de Lula e na tentativa de culpabilização do Governo Bolsonaro e dos atores da esfera distrital. Tal movimento foi fortemente combatido pela Oposição, que apresentou

relatório alternativo ao da Sen^a. Gama, com o deputado Marcon participando como orador na apresentação do documento, com foco nas responsabilidades e omissões no que se refere à atuação da Polícia Militar do Distrito Federal. O relatório original confeccionado pela aliada do Governo Federal, no entanto, foi aprovado, apesar do esforço contrário.

E por fim, falando na atuação da Oposição, o mês de outubro foi marcado por um tremendo esforço conjunto, que congregou a mesma a diversas bancadas temáticas, especialmente a Bancada do Agro, num esforço de mobilização do Poder Legislativo em resposta aos avanços do Poder Judiciário sobre as competências do primeiro. A mobilização se deu principalmente em torno dos temas do marco temporal e da descriminalização das drogas e do aborto no país, e surtiu o efeito desejado, com o Presidente do Senado e a Casa Alta brasileira avançando com ações e proposições que visam restaurar o protagonismo do Legislativo brasileiro. E Marcon, enquanto vice-líder da Oposição, novamente teve papel de destaque, atuando em favor da obstrução tanto no Plenário da Câmara como nas comissões das quais faz parte – principalmente na CVT, na CCOM e na CICS.

O deputado Mauricio Marcon novamente se posicionou e atuou na vanguarda dos principais temas que pautam a política nacional. É, mais uma vez, a ratificação do excelente trabalho do parlamentar gaúcho.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

LÍDER FABIO MACEDO PARTICIPA DE MISSÃO OFICIAL NO EXTERIOR PARA FORTALECER PARCERIAS COMERCIAIS E DEBATER DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O líder do Podemos na Câmara, deputado Fabio Macedo, do Maranhão, participou de uma missão oficial da Câmara dos Deputados, juntamente com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), em uma viagem à Índia e à China durante o mês de outubro. Esta missão foi realizada no âmbito da 9ª cúpula do P-20 (Presidentes de Parlamento do G20), que reúne as 20 maiores economias do mundo e onde o deputado Arthur Lira assumiu a presidência.

Fabio Macedo enfatizou a relevância do evento e comemorou a escolha de Arthur Lira como presidente. Ele também destacou os benefícios dessa reunião para ampliar importantes discussões.

“Estivemos em Nova Délhi, capital da Índia, em um momento de extrema importância para o Brasil, onde participei da 9ª Cúpula de Presidentes de Parlamntos do G-20. Acompanhei a comitiva do presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira, que assumiu a presidência do P-20. A principal pauta deste ano foi o desenvolvimento e a transição energética sustentável. Em 2024, o Brasil sediará o evento, reafirmando seu papel nas discussões globais de relevância!”, afirmou Fabio Macedo.

Além de Fabio Macedo, fizeram parte da comitiva os seguintes deputados: Daniel Almeida (PCdoB-BA); Zeca Dirceu (PT-PR); André Figueiredo (PDT-CE); Elmar Nascimento (União Brasil-BA); e Luís Tibé (Avante-MG).

Em seu discurso no Fórum Parlamentar, na Índia, Arthur Lira defendeu que os recursos para combater a crise ambiental devem ser fornecidos pelos países mais ricos, seguindo a linha de raciocínio do ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva (PT), que reiteradamente cobrou contribuições financeiras dos países desenvolvidos para combater a crise climática, uma vez que ela é, em grande parte, resultante das ações do mundo desenvolvido.

Na China, a comitiva brasileira buscou estabelecer parcerias para promover o desenvolvimento do Brasil, fortalecendo a cooperação entre os dois países. Diversos compromissos importantes e encontros estratégicos ocorreram na cidade de Shanghai, com destaque para as reuniões com representantes da Assembleia Provincial de Shanghai e visitas a empresas, como a ZPMC, a maior empresa de infraestrutura portuária do mundo, e a fábrica de celulose Suzano.

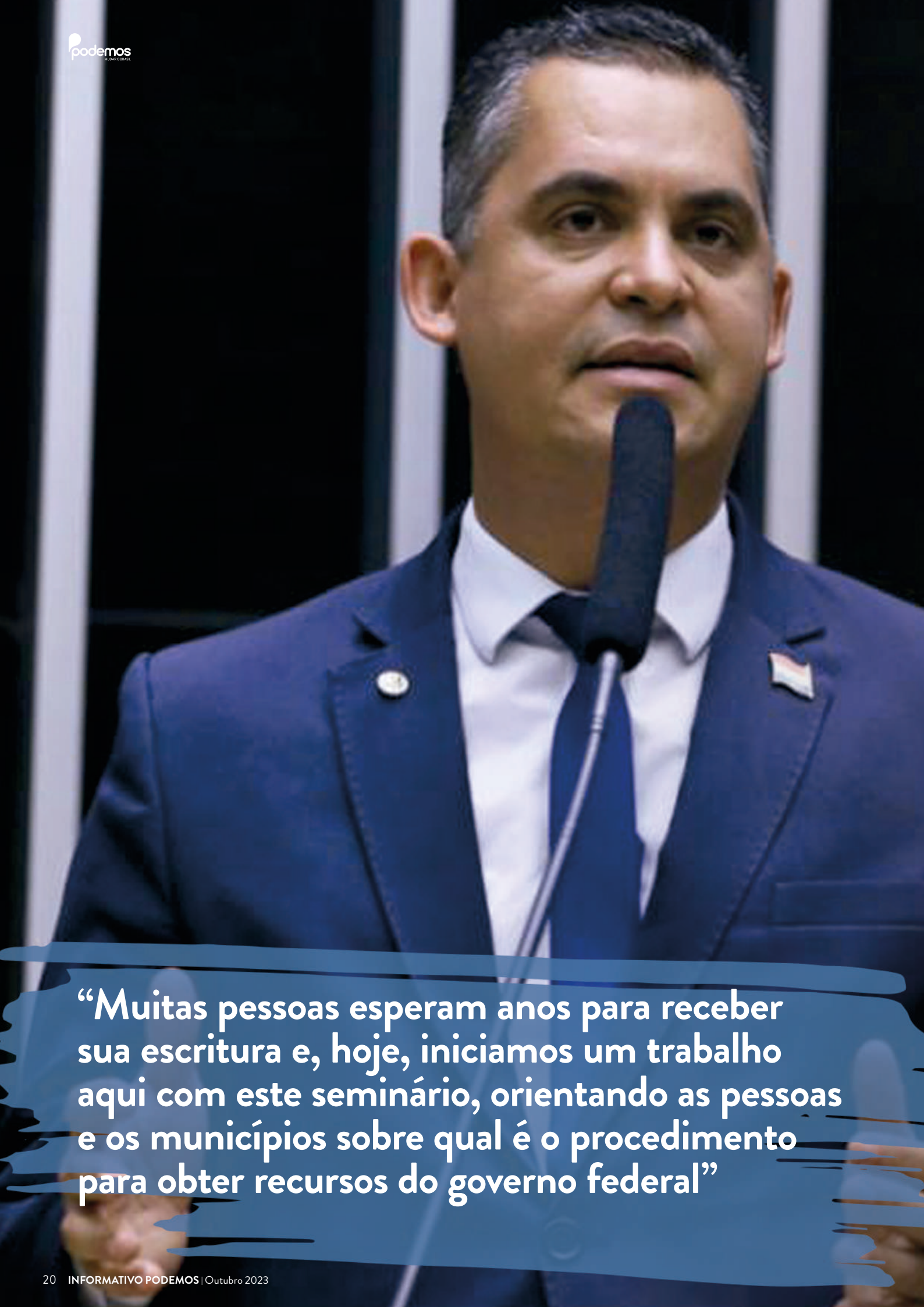
Esta missão buscou não apenas fortalecer os laços comerciais entre Brasil e China, mas também aprofundar o entendimento sobre as oportunidades de cooperação entre os dois países, promovendo o desenvolvimento econômico e o crescimento das relações comerciais. O Porto do Itaqui, no Maranhão, foi um dos temas discutidos devido à sua relevância para a economia estadual.

A visita à fábrica de celulose Suzano destacou a importância do fortalecimento de parcerias e futuros investimentos, considerando que Suzano é uma das maiores empresas do Brasil e possui presença significativa em todo o território, incluindo um importante polo em Imperatriz, no Maranhão. Isso demonstra a relevância desses encontros e compromissos comerciais para o desenvolvimento do estado e do país.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“A principal pauta deste ano foi o desenvolvimento e a transição energética sustentável. Em 2024, o Brasil sediará o evento, reafirmando seu papel nas discussões globais de relevância”



A man with short grey hair, wearing a dark blue suit, white shirt, and dark blue tie, is speaking into a microphone. He has a serious expression. The background is dark with vertical light stripes. A blue brushstroke graphic is at the bottom of the page, containing white text.

“Muitas pessoas esperam anos para receber sua escritura e, hoje, iniciamos um trabalho aqui com este seminário, orientando as pessoas e os municípios sobre qual é o procedimento para obter recursos do governo federal”

GILSON DANIEL PROMOVE SEMINÁRIO CAPIXABA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Além da pauta dos desastres ambientais, com a criação da Frente Parlamentar de Gestão de Riscos e Desastres e Cooperação Humanitária, outro assunto que move o mandato do deputado federal do Podemos (Espírito Santo) Gilson Daniel é a Regularização Fundiária. O deputado foi prefeito da cidade de Viana por 8 anos (2013 a 2020) e iniciou uma verdadeira revolução na regularização dos bairros na cidade, trabalho este que teve continuidade com seu sucessor.

O deputado federal mais municipalista do Brasil levou esse assunto para todos os municípios do Estado no Seminário Capixaba de Regularização Fundiária neste mês. O evento contou com a participação dos 78 municípios do Estado: 100% de presença da equipe técnica das cidades.

Um dos pontos centrais do evento foi a explanação sobre a Captação de Recursos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizada pelo Coordenador Geral de Regularização Fundiária da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, Samuel da Silva. Ele enfatizou a importância dessa política para o desenvolvimento social e econômico, não apenas no Espírito Santo, mas em todo o País.

O atual prefeito de Viana, Wanderson Bueno, compartilhou o case de sucesso da cidade, destacando como essa iniciativa transformou a vida dos moradores e impulsionou o desenvolvimento econômico local. Já o deputado Gilson Daniel explicou a importância do tema, destacando como a regularização fundiária impacta diretamente na vida social das pessoas que residem em áreas irregulares, bem como a economia dos municípios.

“Quando eu era prefeito da cidade de Viana, pude entregar muitas escrituras e percebemos que essa pauta é pouco discutida no País e em muitas cidades. Não há sequer algum trabalho voltado para a regularização de loteamentos, de forma que as pessoas possam receber suas escrituras, e a partir daí obter uma série de benefícios, tanto para a pessoa que recebe a escritura quanto para o município,” disse.

“Muitas pessoas esperam anos para receber sua escritura e, hoje, iniciamos um trabalho aqui com este seminário, orientando as pessoas e os municípios sobre qual é o procedimento para obter recursos do governo federal e qual é o primeiro passo a ser dado para que a cidade possa se regularizar, criando um ponto de regularização fundiária. É uma pauta que estamos iniciando a discussão, mas essa discussão precisa ser constante para que possamos levar a regularização fundiária a todas as cidades capixabas e brasileiras,” afirmou o deputado.

A regularização fundiária é um processo que envolve medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades. Isso permite que muitos moradores obtenham a escritura de suas propriedades, o que, por sua vez, viabiliza financiamentos bancários para venda e reforma de imóveis. Portanto, é uma questão de extrema importância para as prefeituras de todo o Brasil.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



PROPOSTA DE GLAUSTIN GARANTE SEGURANÇA PARA CRIANÇAS AUTISTAS NAS ESCOLAS

A equidade de direitos e a busca por mais dignidade para os autistas são uma das principais marcas do mandato do deputado federal Glaustin da Fokus (Podemos-GO). Tanto que o parlamentar é o autor do Projeto de Lei 4249/2023, que define os crimes de tortura e dá outras providências, a fim de prevenir a violência praticada contra crianças e adolescentes, em âmbito escolar, física ou psicológica, como crime de tortura.

“Agressão de crianças autistas na escola é uma preocupação real e séria. Estudos mostram que crianças com autismo têm maior probabilidade de serem alvo de agressão e também de apresentarem comportamentos agressivos. É importante que as escolas estejam preparadas para lidar com essas situações”, esclarece.

O deputado também defendeu a revisão da legislação em vigor. “Precisamos aperfeiçoar a legislação como forma de coibir a violência praticada contra crianças e adolescentes no ambiente escolar, seja ele praticado por funcionários da escola, alunos ou familiares”.

Consternado com a crescente violência nas escolas contra os portadores do autismo, ele também pediu a realização de audiência pública para discutir e buscar soluções para esse tema tão sensível.

“Não podemos aceitar que violências como essas sigam acontecendo! A audiência pública irá debater o enfrentamento ao capacitismo e violência contra autistas nos âmbitos da saúde, educação e mercado de trabalho”, reforça o parlamentar.

Terceiro vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Glaustin da Fokus avalia que o Estado não pode agir de forma omissa relativizando os inúmeros episódios de violência praticadas contra crianças e adolescentes com deficiência e transtornos neurológicos nas creches e escolas no Brasil afora.

O projeto foi protocolado e aguarda o presidente da Casa designar em quais comissões tramitará.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Precisamos aperfeiçoar a legislação como forma de coibir a violência praticada contra crianças e adolescentes no ambiente escolar, seja ele praticado por funcionários da escola, alunos ou familiares”



“Mais do que conscientizar, é preciso garantir as condições para os exames de prevenção e tratamento adequado (do câncer de mama) por meio das políticas públicas de saúde”



NELY AQUINO ESTÁ MOBILIZADA EM DEFESA DO OUTUBRO ROSA

A luta no combate ao câncer de mama ganha reforço com o posicionamento da deputada federal Nely Aquino, do Podemos Minas Gerais. Durante a sessão solene que homenageou a campanha internacional do Outubro Rosa, a parlamentar defendeu que o tema seja amplamente debatido e o direito à saúde garantido para todos.

A parlamentar abordou a experiência de ainda enfrentar tratamento de câncer de mama, doença que trata desde 2021. Nely Aquino também falou do papel do Parlamento de atuar para garantir que as pessoas sejam devidamente assistidas e vidas sejam salvas.

“Como aconteceu comigo, o detectar no início o câncer pode salvar vidas. No Brasil, foram estimados 73.610 casos novos de câncer de mama em 2023, com um risco estimado de 66,54 casos a cada 100 mil mulheres. Mais do que conscientizar, é preciso garantir as condições para os exames de prevenção e tratamento adequado por meio das políticas públicas de saúde”, destacou.

A Campanha Internacional do Outubro Rosa tem como objetivo sensibilizar a comunidade sobre a importância da prevenção e detecção precoce do câncer de mama. Doença que acomete milhares pessoas todos os anos e ocupa a primeira posição em mortalidade por câncer entre as mulheres no Brasil, com taxa de mortalidade ajustada por idade, pela população mundial, para 2021, de 11,71/100 mil (18.139 óbitos). As maiores taxas de incidência e de mortalidade estão nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Os principais sinais e sintomas suspeitos de câncer de mama são: caroço (nódulo), geralmente endurecido, fixo e indolor; pele da mama avermelhada ou parecida com casca de laranja, alterações no bico do peito (mamilo) e saída espontânea de líquido de um dos mamilos. Também podem aparecer pequenos nódulos no pescoço ou na região embaixo dos braços (axilas).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

RUY ASSUME RELATORIA DA LOA 2024 E SERÁ RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DOS PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O deputado federal Ruy Carneiro, do Podemos Paraíba, foi designado para o cargo de Relator Setorial do Projeto de Lei Orçamentária para 2024 no Congresso Nacional. O parlamentar será responsável pela construção do texto base da Área Temática 16, que trata do orçamento anual da Presidência da República, Ministério de Relações Exteriores, Controladoria-Geral da União, Gabinete da Vice-presidência da República, Advocacia-Geral da União. Também compõe a área 16 os órgãos do Poder Legislativo, Poder Judiciário, Procuradoria Geral da União e Defensoria Pública da União.


“Essa convocação é reflexo do trabalho sério e incansável que tenho desempenhado no Congresso. Estou consciente da grande responsabilidade que tenho, mas essa construção será feita com muito estudo, diálogo e ouvindo os representantes da sociedade e integrantes de todos os poderes”, assegurou Ruy.

O texto-base, enviado ao Congresso pelo Governo Federal, será fundamental para conduzir todas as tratativas, afirmou o deputado. “A base de informações enviada ao Congresso pelo Governo Federal será o ponto de partida para fundamentação de todas as tratativas. Eles já reconheceram a importância do nosso trabalho na votação da PEC da Transição e do novo arcabouço fiscal. Tenho certeza que vamos conseguir superar as dificuldades e priorizar as questões sociais e econômicas para o país conseguir avançar”, enfatizou.

A proposta da LOA 2024 traz como prioridades para o próximo ano as áreas de saúde, educação e habitação. O projeto base prevê um aumento superior a 140% para saúde e que todos os outros ministérios tenham pelo menos os mesmos recursos de 2023.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

“Tenho certeza que vamos conseguir superar as dificuldades e priorizar as questões sociais e econômicas para o país conseguir avançar”



“O tratamento precoce e adequado de pessoas com TEA pode levar a melhorias significativas em sua qualidade de vida e independência”

DIREITO DA PESSOA COM AUTISMO: ROMERO RODRIGUES APRESENTA PL QUE PÕE FIM À CARÊNCIA DOS PLANOS DE SAÚDE PARA ACESSO A TERAPIAS

Projeto de lei está em tramitação e será apreciado por comissões temáticas

As pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), consumidoras de operadoras de saúde, não deverão mais enfrentar carências para o acesso a terapias e outros procedimentos. Esta é a proposta do Projeto de Lei nº 4.312/2023, do deputado federal Romero Rodrigues, do Podemos Paraíba, que está tramitando na Câmara Federal.

O projeto altera um dispositivo anterior, de uma lei de 2012, que já estabelece que “a pessoa com o transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”, não sendo, assim, o TEA meramente uma doença preexistente e muitas vezes considerada desta forma pelos planos de saúde para dificultar o acesso dos pacientes a terapias e procedimentos importantes para a qualidade de vida do usuário.

Para o deputado, o estabelecimento de prazo de carência para o atendimento pode resultar em atrasos significativos e impactos adversos no seu desenvolvimento e bem-estar das pessoas com autismo. “Aqui na Câmara nossa preocupação é trabalhar em prol da garantia de direitos dos brasileiros. Nosso objetivo com esse projeto é que as pessoas com autismo e suas famílias tenham acesso às terapias e procedimentos sem passar por

uma longa espera. É sobre qualidade de vida e respeito”, afirmou.

TRAJETÓRIA POLÍTICA ALINHADA COM DIREITOS DE PCD

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência faz parte da história política de Romero. Em 2016, durante seu mandato como prefeito de Campina Grande, municipalizou a administração da Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AACD) para garantir a continuidade dos serviços prestados. O ato administrativo foi pioneiro no país e fez com que Campina Grande fosse o primeiro município brasileiro a municipalizar o serviço de reabilitação.

Ainda durante a gestão de Romero no executivo, destaca-se a criação do primeiro ambulatório especializado em microcefalia no SUS, no Hospital Municipal Pedro I, além da inauguração do Centro Dia, referência para o país na assistência social especializada no acolhimento às famílias de pessoas com microcefalia.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



Prêmio Congresso em Foco

20

CropLife
BRASIL

Google

ev

AUNI

“No primeiro ano de mandato, estar entre os melhores é uma imensa honra e representa nossa dedicação, nossas bandeiras e nossa força”

BRUNO GANEM É RECONHECIDO COMO UM DOS MELHORES DEPUTADOS NO PRÊMIO CONGRESSO EM FOCO 2023

O deputado federal Bruno Ganem, Podemos São Paulo, no primeiro ano de mandato dele recebeu destaque ao ser reconhecido como um dos melhores deputados na premiação anual do Congresso em Foco. Este prêmio é um dos mais importantes no cenário político do Brasil, destacando os trabalhos dos parlamentares em prol dos brasileiros no Congresso Nacional.

“Muito feliz e honrado com esse reconhecimento. Esta vitória não é apenas minha, mas de todos nós, com toda a certeza, esse prêmio não seria possível sem o apoio e a participação de vocês. No primeiro ano de mandato, estar entre os melhores é uma imensa honra e representa nossa dedicação, nossas bandeiras e nossa força”, afirma Bruno Ganem.

O Prêmio Congresso em Foco é um marco importante dentro da esfera política do Brasil, e sua finalidade é reconhecer anualmente os legisladores que se destacaram devido ao seu comprometimento no exercício de seus mandatos.

Ganem enfatizou que continuará na luta por essas causas com ainda mais força e determinação. Para ele o reconhecimento no Prêmio Congresso em Foco é um incentivo para busca contínua dele por políticas públicas que promovam o bem-estar dos animais, o apoio às pessoas com autismo e TDAH, e o desenvolvimento de Indaiatuba e região, suas principais bandeiras.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

NA CPI DA 123 MILHAS, IGOR TIMO TEM PARTICIPAÇÃO DECISIVA PARA PUNIR AGÊNCIA DE VIAGEM QUE APLICOU GOLPE CONTRA QUASE 1 MILHÃO DE BRASILEIROS

O deputado federal Igor Timo, do Podemos Minas Gerais, trabalhou duro na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar os golpes aplicados pela empresa 123 Milhas e pedir punição dos sócios, após a empresa lesar quase 1 milhão de brasileiros que compraram pacotes de viagens, mas que foram surpreendidos com a notícia das suspensões da venda e da emissão de novas passagens da linha promocional da 123.

Na conclusão dos trabalhos da CPI foi pedido o indiciamento de 45 pessoas responsáveis direta e indiretamente pelo crime que pode ser associado ao da pirâmide financeira. Além disso, foram apresentados quatro projetos de lei: PL 4931/2023; PL 4932/2023; PL 4933/2023; PL 4934/2023 com ênfase ao combate à corrupção, propondo alteração no Código Penal para que novos golpes como o praticado pela 123 Milhas, não ocorra mais.

Entre as atuações do deputado que foram decisivas para a conclusão do relatório da CPI, está o pedido feito por ele ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), para que o órgão suspendesse o pedido de recuperação judicial que a empresa havia solicitado.

Na opinião de Igor Timo, a empresa não precisava de tal benefício, uma vez que a instituição havia gasto cerca de R\$ 4 bilhões com publicidade.

De acordo com o parlamentar, a situação chamou mais a atenção quando descobriu que a empresa, à época,


contratada para fazer o marketing da agência de viagens, era do pai de um dos sócios da 123. Além disso, Igor concluiu que se tratava de um grande golpe financeiro no mercado quando a empresa deixou de comparecer em algumas audiências.

“Foi uma confissão de culpa evidente e que não poderíamos deixar a empresa dar tamanho golpe e lesar quase um milhão de pessoas. Eu sempre trabalhei pelo povo, para proteger e defender os direitos da nossa população. Por este motivo, não medi esforços nesta Comissão, para garantir que fizéssemos um trabalho efetivo para ressarcir todos os lesados”, concluiu o parlamentar mineiro.

RECOMENDAÇÕES DA CPI

A CPI também apresentou várias recomendações e encaminhamentos para os principais órgãos de controle administrativo e combate à corrupção, incluindo o Ministério Público Federal, Banco Central do Brasil, Polícia Federal, Receita Federal, Conselho de Defesa da Atividade Econômica (Cade) e a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon). Esta iniciativa irá permitir que essas instituições continuem investigando e tomando medidas contra os responsáveis por esquemas de pirâmides financeiras.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Foi uma confissão de culpa evidente e que não poderíamos deixar a empresa dar tamanho golpe e lesar quase um milhão de pessoas. Trabalhei pelo povo, para proteger e defender os direitos da nossa população”



ARTIGO - RENATA ABREU

É grande a escalada da violência na guerra entre Hamas e Israel. As notícias não param de chegar. No exato momento em que escrevo este artigo ficamos sabendo da morte de dois brasileiros, Ranani Glazer e Bruna Vaelanu, segundo informação do Itamaraty. Mas há ainda outras duas brasileiras desaparecidas. A situação humana vai se tornando cada vez mais desesperadora nessa região.

Visitei Israel entre os dias 3 e 8 de setembro. Integrei uma comitiva com parlamentares de diferentes partidos que participou de seminário no país. Evento promovido pela Confederação Israelita do Brasil (CONIB), Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp) e Project Interchange do American Jewish Committee.

Mas infelizmente, cerca de 30 dias depois de ter convivido com povo tão nobre, numa terra santa, eclodiu um sangrento conflito que já matou quase duas mil pessoas em apenas quatro dias de guerra.

As forças de segurança de Israel anunciaram há pouco que mais de 1.500 terroristas do Hamas foram mortos. Em território israelense, até este momento, as vítimas ultrapassariam 1.000 pessoas. Na Faixa de Gaza são pelo menos outros 800. A tensão é muito grande.

Cidadãos civis são a imensa maioria das vítimas. Ontem, no terceiro dia de conflito, o premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, anunciou o isolamento da Faixa de Gaza do restante do continente. Não será possível fornecer energia elétrica, água, gás e combustível. Uma situação extremamente complicada para o povo que lá habita, que sofre as consequências de ações desenvolvidas por um grupo armado palestino extremista.

Em Israel a população também teme a reverberação do contra-ataque de seu exército aos palestinos. A comunidade israelense também é alvo das bombas e tiros dos terroristas.

É preciso evitar uma catástrofe humanitária. Urgente.

São muitas as notícias de israelenses que foram sequestrados por integrantes do Hamas no fim de semana. Vemos muitas notícias sobre a angústia dos familiares dessas pessoas desaparecidas e tornadas reféns. Mesma situação, mas com número menor de informações, que passam famílias palestinas sitiadas em solo de Gaza.

São tristes demais, desumanas, as histórias que a imprensa consegue reproduzir a partir de depoimentos daqueles que estão no meio dos bombardeios. Famílias inteiras estão sendo mortas. Pessoas idosas, crianças, mulheres, nada escapa das garras da guerra.

Fica muito claro que quanto maior a opressão e violência empregada, maior tempo durará o conflito e as

consequências serão cada vez mais devastadoras.

Apelamos ao poder divino para que conforte todas essas pessoas que estão sofrendo. Dê humanidade, amor e temperança aos senhores da guerra. Apelamos às forças dos céus para que iluminem as cabeças dos governantes para que possam se colocar no lugar dos seres humanos que estão sofrendo e virão a sofrer nesta guerra.

Sabemos que a tensão entre Israel e o Hamas existe há décadas. O Hamas passou a controlar a Faixa de Gaza em 2007. Os conflitos remontam há décadas. Mas o ataque do grupo terrorista em 7 de outubro pegou a todos de surpresa.

Sabemos que as consequências negativas estarão ultrapassando as fronteiras de Israel e Gaza e chegará até nossos lares, em pouco tempo. Haverá consequências negativas para a economia mundial. Só para citar um exemplo vamos citar os preços dos combustíveis, que deverão sofrer alteração e num efeito dominó afetará até os valores dos alimentos em todo planeta. Mais ainda, o preço do dólar deverá ser alterado. Poderá haver impacto até na inflação.

Na segunda-feira, dia 9, as principais bolsas de valores do planeta já operavam em queda. O preço do dólar e do barril de petróleo estiveram pressionados e subiram diante da escalada da violência. O cenário de instabilidade internacional que vem se delineando deve manter os juros altos nos Estados Unidos. Isso tem efeito negativo para o câmbio e investimentos, principalmente nos países com economia emergente, como o Brasil.

O governo brasileiro, que preside o Conselho de Segurança da ONU, vai resgatar os brasileiros que moram nas zonas de conflito. Já enviou um avião para ajudar na repatriação de mais de 240 pessoas. Outras três aeronaves devem fazer o mesmo trajeto e possibilitar a volta de outros 600 brasileiros que estão lá e não conseguem retornar. Sem contar com mais brasileiros que estão na Faixa de Gaza e querem voltar para cá. Entretanto, aproximadamente 2.700 pessoas já pediram ajuda para voltar ao Brasil.

Tenho certeza que o ataque terrorista precisa ser condenado em todos os sentidos, de forma firme e forte. Mas o respeito ao ser humano, o amor a Deus deve prevalecer mesmo diante das adversidades. A situação é grave. Mas a esperança de que haverá possibilidade de uma solução é grande. Defendemos o ser humano, sempre.

DEPUTADA FEDERAL RENATA ABREU, PODEMOS-SP

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br      @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos19

 **podemos**
CÂMARA